

O Instituto Água e Terra - IAT, com base na legislação de recursos hídricos vigente, demais normas pertinentes e no protocolado sob nº **23.957.438-6**, emite a **Portaria de outorga prévia** para **Aproveitamento hidrelétrico com barragem/soleira**, nas condições abaixo especificadas:

**Portaria: 12087/2025/OP-GOUT    Revoga: 1719/2020**

**Validade: 18/09/2028**

**Nome/Razão Social:** SANTA JACINTA - GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA.

**CPF/CNPJ:** 39.490.547/0001-58

**Empreendimento:** CGH Santa Jacinta

**Endereço:** Colônia Boa Ventura, Gleba nº 16

**Localidade:** Terra Santa

**Município:** Boa Ventura de São Roque

**UF:** PR

### Licenciamento Ambiental

Tipo de licença	Número da licença	Usuário da licença	Data de emissão	Data de vencimento
Município	Número do protocolo		Descrição da licença	Descrição da atividade
LAS - Licença Ambiental Simplificada	286.765	SANTA JACINTA - GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA. (39.490.547/0001-58)	16/12/2022	16/12/2028
Boa Ventura de São Roque	18.501.129-1		-	Geração Hidrelétrica

### Ponto de interferência

**Bacia hidrográfica:** Ivaí

**Comitê:** Alto Ivaí

**Tipo de corpo hídrico:** Rio

**Nome:** Marrequinha

**Coordenadas UTM:** 7.263.309,83 N 445.265,43 E

**Fuso:** 22 (SIRGAS 2000)

**Código do ponto:** 1079399

**Código Ottobacia:** 86369453

**Dominialidade:** Estadual

**Nome popular:** Marrequinha

**Área crítica:** Não

**Regional:** Escritório Regional de Pitanga

### Características da intervenção

**Finalidade(s)** Aproveitamento de potencial hidráulico

**Nome da barragem** CGH SANTA JACINTA

**Volume máximo (m³)** 85.800,00

**Vazão mínima à jusante (m³/s)** 0,44000

**Vazão de regularização (m³/s)** -

**Vazão máxima de projeto (m³/s)** 432,000

**Área do reservatório (m²)** 49.000,00

**Altura do barramento (m)** 7,30

**Vazão de projeto do vertedouro (m³/s)** 432,00

**Ano de conclusão da obra** 2025

### Classificação da barragem

A ser classificada

### Condições da intervenção

**Potência (MW)** 3,00

**Vazão assegurada (m³/s)** 5,42

**Vazão máxima engolimento (m³/s)** 12,51

### Observações

Coordenadas do ponto de restituição: -51.5383203, -24.7376468.

### Condições

**Art. 1º** Este ato de outorga prévia tem como finalidade declarar a reserva de disponibilidade hídrica, para efeito de aplicação do disposto no artigo 7º da Lei Federal nº 9.984, de 17/07/2000.

**Art. 2º** Este ato de outorga prévia, objeto desta Portaria, não estabelece direitos de uso de recursos hídricos, correspondendo somente à manifestação prévia do Poder Público Outorgante quanto ao objeto requerido, possibilitando ao Outorgado prosseguir no planejamento e projeto de empreendimento, no atendimento às etapas de licenciamento previstas nas legislações sobre uso e ocupação do solo, meio ambiente, exploração e aproveitamento de recursos naturais e, ainda, no cumprimento das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

**Art. 3º** A outorga fica automaticamente revogada quando se encerrar a vigência da outorga de concessão ou autorização do potencial de energia hidráulica, expedida pela ANEEL.

**Art. 4º** O empreendedor é responsável pelos aspectos relacionados à segurança da barragem, devendo assegurar que seu projeto, construção,

---

## Condições

---

operação e manutenção sejam executados de acordo com o que estabelece a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, e demais regulamentos emitidos pelo órgão fiscalizador da segurança da barragem.

- Art. 5º** O ato de outorga prévia estará garantido ao Outorgado, desde que os elementos do processo administrativo que deram sustentação a esta manifestação não venham a ser alterados nas fases subsequentes do processo administrativo de requerimento de autorização de direito de uso de recursos hídricos.
- Art. 6º** O Poder Público Outorgante pode, em decisão motivada, suspender, total ou parcialmente, em definitivo ou por prazo determinado, a outorga prévia concedida.
- Art. 7º** A outorga poderá ser revogada, sem qualquer direito de indenização, nos casos de cancelamento da licença ambiental ou se as licenças municipais para construção e funcionamento não forem emitidas, se for o caso dessas exigências, ou ainda se verificados os demais casos previstos no artigo 32 do Decreto Estadual nº 9.957 de 23/01/2014.
- Art. 8º** Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção pelo outorgado de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidas pela legislação federal, estadual ou municipal.
- Art. 9º** O requerimento para renovação desta outorga deverá ser encaminhado ao Poder Público Outorgante no prazo máximo de até 90 (noventa) dias anteriores à data de expiração da vigência desta autorização.
- Art. 10º** No caso de desativação, interrupção das atividades do empreendimento ou desistência da outorga, o Outorgado deverá comunicar formalmente ao INSTITUTO, por meio de formulário próprio.
- Art. 11º** A transferência de titularidade da outorga, relativa à alteração do titular da outorga, poderá ser solicitada através de requerimento específico ao INSTITUTO.
- Art. 12º** O Outorgado se sujeita à fiscalização do INSTITUTO, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.
- Art. 13º** O monitoramento deverá ser implementado nos termos da Resolução Conjunto ANEEL-ANA 03/2010.
- Art. 14º** O não cumprimento da legislação de recursos hídricos vigente e aos termos desta outorga sujeitará o outorgado às sanções previstas na Lei 12.726/99 e nos decretos 9957/2014 e 12.416/2014.
- Art. 15º** Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.